



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DIRETORIA DE CERIMONIAL

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD**  
**DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD**  
**(DFD/DOD)**

**Síntese do Tipo de Demanda:**

Este documento tem como finalidade formalizar o início do processo de planejamento para **prover solução institucional para os deslocamentos institucionais de membros e servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem como aqueles que se desloquem para prestar serviços de interesses deste Poder Judiciário, além de autoridades que se desloquem a esta Unidade Federativa.**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DA DEMANDA**

**Área da Demanda:** Diretoria de Cerimonial

**Solicitante:** Silvio de Paiva Ribeiro

**Matrícula:** 49672

**E-mail:** [cerimonial@tjce.jus.br](mailto:cerimonial@tjce.jus.br)

**Telefone:** (85) 3108 - 2131

**2. OBJETIVO DESTE DOCUMENTO**

2.1. Este documento tem como finalidade registrar a necessidade específica de prover solução institucional para os deslocamentos institucionais de membros e servidores do TJCE, descrevendo os elementos característicos da demanda, para que seja avaliada a melhor forma de atendimento, inclusive quanto à viabilidade de contratação, caso necessário.

**3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE**

3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de suas atribuições administrativas, necessita assegurar meios ágeis, eficientes, seguros e transparentes para viabilizar os deslocamentos institucionais de seus magistrados, servidores, colaboradores e convidados institucionais, no desempenho de atividades de interesse da Administração, como participação em eventos, cursos, congressos, reuniões, missões oficiais e demais compromissos institucionais.

3.2. Atualmente, essa necessidade é atendida por meio do Contrato nº 59/2021, firmado com a empresa DF Turismo e Eventos Ltda., cujo objeto é a prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de ferramenta online de autoagendamento (self-booking), contrato vigente até janeiro de 2026.

3.3. Ressalta-se que a prestação desses serviços é de caráter estratégico e imprescindível para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais do TJCE, possibilitando o deslocamento tempestivo de magistrados e servidores, bem como o cumprimento de agendas nacionais e internacionais vinculadas às atribuições do Poder Judiciário

3.4. A indisponibilidade desse serviço geraria impactos operacionais significativos, como o aumento dos custos decorrentes de aquisições emergenciais e não planejadas, prejuízos à eficiência administrativa e à governança institucional, além do risco de descumprimento de obrigações institucionais, convênios, acordos e missões oficiais, comprometendo diretamente o pleno atendimento das demandas do Poder Judiciário.

3.5. Diante desse cenário, torna-se necessária a realização de estudo para avaliação das alternativas disponíveis no mercado, com vistas a garantir a continuidade dos serviços, de forma eficiente, sustentável e alinhada aos princípios da Administração Pública, considerando, inclusive, a possível substituição, renovação ou reestruturação da contratação vigente após seu término.

#### **4. DESCRIÇÃO SUCINTA DA SOLUÇÃO**

4.1. Como solução preliminar, considera-se a manutenção do modelo atual de contratação de agência de viagens especializada, com ferramenta de autoagendamento integrada, que possibilite a reserva e gestão de bilhetes de forma descentralizada e controlada.

4.2. No entanto, cumpre ressaltar que será realizada a análise de outras alternativas em Estudo Técnico Preliminar, visando garantir o melhor custo-benefício e o adequado suporte às necessidades institucionais do TJCE.

4.3. A definição da solução definitiva está condicionada à elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), que apontará a alternativa mais vantajosa à Administração, observando critérios de eficiência, custo, segurança e usabilidade.

#### **5. MOTIVAÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS**

5.1. A adoção de solução logística para emissão de passagens permitirá a manutenção da previsibilidade e da continuidade na prestação do serviço, o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e gestão dos deslocamentos, a redução de custos decorrentes de aquisições emergenciais de bilhetes e o atendimento mais ágil e eficiente às demandas administrativas e institucionais do TJCE.

5.2. Como resultado, espera-se consolidar um modelo eficiente de gerenciamento das viagens institucionais, assegurando suporte técnico especializado, segurança nas operações e conformidade com os princípios da Administração Pública.

#### **6. ALINHAMENTO ENTRE A DEMANDA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL**

6.1. Esta demanda se relaciona aos valores de celeridade, efetividade, transparência e excelência nos trabalhos conforme preconiza a Resolução do Órgão Especial nº 07/2021, de modo que se

mostra aderente ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Ceará 2021-2030, pois está intimamente ligada aos objetivos do TJCE de “prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível” e “Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna”.

7. **ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES 2025**

7.1. Esta demanda não foi originalmente prevista no PAC 2025, merecendo, contudo, atendimento ainda no atual exercício.

8. **FONTE DE RECURSOS**

8.1. Para a demanda ora formalizada, ainda não foi identificada previsão disponível de fonte de recursos para compromissamento em contratação para este atendimento.

9. **COMPLEMENTO DE INFORMAÇÕES**

9.1. Equipe de planejamento:

SEQ.	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	FUNÇÃO
1	Pedro Henrique da Silva Nascimento	Técnico Judiciário - Cerimonial

10. **DECISÃO DE ANDAMENTO**

10.1. Em vista das constatações deste documento, aprovo o prosseguimento do atendimento da demanda, na forma de que sejam elaborados os Estudos Técnicos Preliminares para identificação de solução que atenda à necessidade apresentada.

10.2. Para tanto, encaminho para que a equipe de planejamento inicie os estudos necessários para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP). Após elaboração do ETP, retornar para aprovação.

Silvio de Paiva Ribeiro

Diretor de Cerimonial

Fortaleza, 22 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO DE PAIVA RIBEIRO**, Gestor de Unidade, em 22/07/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0190736** e o código CRC **040D8847**.

---

Referência: Processo nº 8514225-32.2025.8.06.0000

SEI nº 0190736